

CONVOCAÇÃO PARA PROVA ESCRITA DISCURSIVA

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ALERJ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna pública a convocação para a **Prova Escrita Discursiva**, para o Concurso Público para ingresso na Carreira de Procurador da ALERJ, para compor o Quadro de Pessoal da ALERJ, considerando os dispositivos da Constituição Federal vigente, e dá outras providências.

1. DA CONVOCAÇÃO PARA A PROVA DISCURSIVA

1.1 A relação de candidatos que realizarão a prova discursiva, conforme os subitens 9.11, 9.11.1, 9.12 e 10 do Edital nº 1, de 06 de setembro de 2016, está presente no Anexo I do presente Edital, figurando na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

2. DA PROVA ESCRITA DISCURSIVA

2.1 A Prova Escrita Discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, será realizada no dia **09 de abril de 2017, das 13h às 19h (horário oficial de Brasília/DF)**.

2.2 Os locais de realização das provas a serem realizadas no dia 09 de abril de 2017 estarão disponíveis a partir do dia 03 de abril de 2017 através do link <http://fgvprojetos.fgv.br/concursos/alerj2016/procurador>.

2.2.1 É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

2.3 A primeira prova escrita discursiva abrangerá o conteúdo programático constante do Anexo I do Edital nº 1, de 06 de setembro de 2016. As questões discursivas poderão ser baseadas em um enunciado que problematize o tema. Poderá ser estabelecido um limite de linhas para a resposta a cada questão.

2.3.1 A primeira prova abrangerá as seguintes disciplinas: Direito Civil, Empresarial e Relação de Consumo; Direito Processual Civil e Direito Ambiental.

2.4 O candidato deverá consultar seu local de prova, por meio de consulta individual, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/alerj2016.

2.5 O candidato convocado para a Prova Escrita Discursiva deverá comparecer com antecedência mínima de **90 (noventa) minutos** antes do horário marcado para o seu início, **munido de caneta esferográfica, fabricada com material transparente, de tinta azul ou preta**, do comprovante de inscrição e de **documento de identidade original**, preferencialmente aquele utilizado no ato de sua inscrição.

2.6 O material de consulta permitido e proibido para a realização da Prova Escrita Discursiva está relacionado no **Anexo II** desta Convocação.

2.6.1 Fica vedado o empréstimo de qualquer material de consulta durante a realização das provas escritas discursivas.

2.6.2 A inclusão de qualquer identificação na folha de textos definitivos da Prova Escrita Discursiva culminará na eliminação do candidato.

2.7 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, **3h30min (três horas e 30 minutos)** após o seu início, período a partir do qual poderá deixar o local de provas, sem portar, contudo, seu caderno de provas.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 Os candidatos devem estar atentos às regras e procedimentos que se aplicam à Prova Escrita Discursiva contidos nos subitens 9.11, 9.11.1, 9.12 e 10 do Edital nº 1, de 06 de setembro de 2016.

Rio de Janeiro/RJ, 28 de março de 2017.

JORGE PICCIANI

Presidente Deputado Estadual
Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro

ANEXO I – Relação de candidatos convocados para a realização da Prova Escrita Discursiva

Inscrição	Nome
715002658	Adriana Patricia Cortopassi Coelho
715000312	Alexandre Foch Arigony
715005531	Allan Ramalho Peres
715002745	Altamir Santos Filho
715001273	Álvaro Carlos Camargo Ximenes Júnior
715002109	Ana Carolina De Carvalho Botelho
715000230	Anderson Do Prado Silva
715002468	Andre Correa Meyer Valente Francisco
715001083	Arthur Pinel Berbert Da Silva
715002498	Artur Lara Ferreira
715001379	Bruna De Mello Perseke
715001156	Bruno Fonseca De Andrade
715002177	Bruno Luís Amorim Pinto
715003092	Caio Marcio De Oliveira Fernandes
715000416	Caio Tristao De Almeida Franco
715004242	Caio Watkins
715005202	Camila Rodrigues Pinheiro Nunes
715000171	Carlos Eduardo Da Silva Camillo
715000581	Carlos Eduardo Sousa Bomfim
715002155	Cid Augusto Mendes Cunha
715000865	Daniel De Oliveira Pontes
715001993	Danniel Adriano Araldi Martins
715001666	Dante Silva Tomaz
715004044	Debora Bandeira Koenow
715003247	Dimitri Féo Machado De Carvalhor Fernandes
715003674	Edson Roberto Cellegim
715001678	Eduardo Alves Walker
715003353	Eduardo Lovati De Amorim
715003677	Ewerton Teixeira Bueno
715004026	Fabiano Soares Sampaio
715000883	Fábio De Oliveira Ferreira
715000040	Felipe Bragantini De Lima
715004001	Fernando Nobrega Martins
715003781	Flavio Barbosa Kamache
715000924	Franco Bragato Scardua
715000908	Gabriel Cardoso Coutinho Vieira
715000555	Gilberto Batista Naves Filho
715001934	Guilherme Augusto Velmovitsky Van Hombeeck
715002941	Guilherme Eduardo Martins Kellner
715001740	Guilherme Evaristo Cordeiro



Inscrição	Nome
715002368	Guilherme Soares Schulz De Carvalho
715003590	Heitor Moreira De Oliveira
715003570	Helder Ferreira Pinto Santos
715003744	Isabella Vieira Do Nascimento
715005823	José Joaquim De Oliveira Ramos
715002263	José Quirino Bisneto
715003380	Juarez Ferreira Da Silva
715004195	Julia Fernandes Caldas
715002126	Juliana Gama De Oliveira Dos Santos
715003155	Julio César Morgan Pimentel De Oliveira
715001243	Júlio Domingues Santos
715001526	Laura Bastos Carvalho
715001699	Leonardo Miranda Filho
715002078	Leonardo Silveira Antoun Netto
715002787	Líssia Maria Eugênio Lopes
715001850	Livia Dos Santos Sena
715002053	Livia Rangel Nascimento
715000156	Lucas Medeiros Gomes
715001729	Lucas Muniz Barbosa
715003224	Lucas Soares De Oliveira
715002870	Luciano Silva
715004103	Luiza Lourenço Bianchini
715002278	Manoel Pinto Dantas Neto
715003026	Marcelo Abramovitch
715004399	Marcelo Souza Costa
715003086	Márcio Luigi Teixeira Pinto
715003233	Marcone De Rezende Vieira
715003409	Marina Silva Fonseca
715003582	Matheus Lolli Pazeto
715003614	Monica Moitrel Schwarts
715003548	Natalia Machado Goes
715006314	Nathassia Lima Ramos
715000610	Oziel Gomes Viana Junior
715001242	Paola Goulart De Souza
715002487	Paula Carvalho Ribeiro
715001784	Paulo Wanderson Moreira Martins
715000142	Pedro Antonio Adorno Bandeira Assumpção
715002014	Pedro Felipe Veiga Gomes
715001600	Pedro Monnerat Heidenfelder
715002383	Pedro Naylor Pavanelli Batista
715005896	Pedro Oliveira Mathias
715000590	Pierre Oliveira Batista

Inscrição	Nome
715001054	Priscila De Santana Penalva Santos
715002488	Rafael Barroso De Andrade
715000265	Rafael De Azevedo Mendes
715000423	Rafael Luiz Vale Cantarino
715004082	Renan Chagas Reis
715004124	Ricardo Machado Costa
715000276	Robert Wallace Anjos Santos
715001601	Rodrigo Alves Zanetti
715000364	Roger Santos Gonzaga
715005820	Talita Leixas Rangel
715000666	Talles Soares Monteiro
715000097	Thalles Gameiro Marques Da Silva
715001621	Thamar De Simone Cavalieri Freitas
715000456	Thiago Augusto Taboada Gomes Gaspar
715002521	Thiago Bittencourt Alves Rosadas
715006050	Thiago De Araujo Medeiros Forti
715004012	Thiago De Mattos Cardozo
715005547	Vanessa Montes Costa
715000283	Vanessa Oliveira De Queiroz
715002412	Vitor Figueiredo De Oliveira
715002922	Waldemar Manoel Silva De Souza
715001602	Werlen Silva De Oliveira
715000673	Yuri Alexander Nogueira Gomes Nascimento
715000867	Yves De Figueiredo Rolemberg Mendonça
715005077	Zenóbio Farias Braga Sobrinho

ANEXO II – Materiais e procedimentos permitidos e proibidos para consulta na Prova Escrita Discursiva

1. MATERIAL/PROCEDIMENTOS PERMITIDOS

- 1.1. Legislação nacional não comentada, não anotada e não comparada.
- 1.2. Códigos, inclusive os organizados, que não possuam índices temáticos estruturando roteiros de peças processuais, remissão doutrinária, jurisprudência, informativos dos Tribunais ou quaisquer comentários, anotações ou comparações, sendo permitida remissão a número de processo de controle concentrado de constitucionalidade.
- 1.3. Leis de Introdução dos Códigos.
- 1.4. Instruções Normativas.
- 1.5. Índice remissivo.
- 1.6. Exposição de Motivos.
- 1.7. Súmulas de Tribunais.
- 1.8. Orientações jurisprudenciais.
- 1.9. Regimento Interno.
- 1.10. Resoluções dos Tribunais e do Conselho Nacional de Justiça.
- 1.11. Simples utilização de marca-texto, sublinhado ou simples remissão a artigos, leis, e a números de processos de controle concentrado de constitucionalidade.
- 1.12. Separação de códigos por clipes e/ou por cores, providenciada pelo próprio examinando.
- 1.13. Utilização de separadores de códigos fabricados por editoras ou outras instituições ligadas ao mercado gráfico, desde que com impressão que contenha simples remissão a ramos do Direito ou a leis.

Observação 1: as remissões a artigo ou lei são permitidas apenas para referenciar assuntos isolados. Quando for verificado pelo fiscal advogado que o candidato se utilizou de tal expediente com o intuito de burlar as regras de consulta previstas nesta convocação, o material será recolhido, sem prejuízo das demais sanções cabíveis ao candidato.

2. MATERIAL/PROCEDIMENTOS PROIBIDOS

- 2.1. Legislação estrangeira.
- 2.2. Códigos comentados, anotados, comparados ou com organização de índices temáticos estruturando roteiros de peças processuais.
- 2.3. Jurisprudência, ressalvada a remissão a números de processos de controle concentrado de constitucionalidade.
- 2.4. Anotações pessoais ou transcrições.
- 2.5. Impressos da internet ou cópias reprográficas (xerox), com exceção do material destacado no item 1.
- 2.6. Informativos de Tribunais.
- 2.7. Livros de doutrina, revistas, apostilas, cadernos e anotações.
- 2.8. Dicionários.
- 2.9. Legislação comentada, anotada ou comparada.
- 2.10. Súmulas, Enunciados e Orientações Jurisprudenciais ou doutrinárias comentados, anotados ou comparados.

Os materiais que possuírem conteúdo proibido não poderão ser utilizados durante a Prova Escrita Discursiva. Quando possível, a critério do fiscal de aplicação presente no local, poderá haver o isolamento dos conteúdos proibidos, seja por grampo, fita adesiva, destacamento ou qualquer outro meio. Caso, contudo, seja constatado que a obra possui trechos proibidos de forma aleatória ou em partes tais que inviabilizem o procedimento de isolamento supracitado, o candidato poderá ter seu material recolhido pela fiscalização, sendo impedido o seu uso. O material recolhido será devolvido ao final da prova. O candidato que, durante a aplicação das provas, estiver portando e/ou utilizando material proibido, ou que se utilizar de qualquer expediente que vise a burlar as regras do edital, especialmente as concernentes aos materiais de consulta, terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do concurso público.